

**AS ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM AOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO:
medidas assistenciais ou garantia de direitos?**

Roseane Rocha Araújo¹
Vicente de Paulo Sousa²
Profa. Maria Isabel Silva Bezerra Linhares³

RESUMO

Este trabalho traz uma reflexão das atividades do Projeto Catavento, projeto realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, em Sobral, diante das questões sociais contemporâneas inclusive locais, sobretudo para mostrar sua abordagem como política pública de juventude, e como esta também se articula para fixar as suas atividades em meio as demandas que lhes são apresentadas. Através da observação participante, pudemos extrair as informações aqui relatadas, pois, a composição do tecido social no qual estamos inseridos está repleta de configurações implícitas, sutis e até imperceptíveis, onde somente o exercício intenso da averiguação de campo pode fornecer as ferramentas adequadas para a captação e compreensão da dinâmica social, política e cultural da sociedade ou de alguns grupos nela inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Política Pública. Juventude.

INTRODUÇÃO

Os intelectuais que tratam de política social enfocam que na contemporaneidade existem três segmentos atuando com o intuito de minorar as desigualdades, bem como evidenciam a participação da sociedade civil nas questões que deveriam ser em princípio do Estado. Está em uso os termos primeiro setor, segundo setor e terceiro setor, cada um com suas qualificações e atribuições específicas dentro do cenário político e social hodierno.

A difícil solução para os problemas sociais é abordada por Ianni (2004), quando declara que os setores sociais dominantes revelam uma série de dificuldades para se posicionar em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos. E não só este autor, na contemporaneidade, muitos são os intelectuais que estão debruçados nas questões referentes ao Estado e suas ações efetivas, bem como existem os que abordam também a ineficácia desse Estado nas ações em que são de sua responsabilidade, dentro desse debate não dá para deixar

1Autora: Licenciada em Ciências Sociais - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA; Especialista em Gestão de Organizações Sociais-UVA. E-mail: rose_ane_rocha@hotmail.com

2Co-autor: Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA; Especialista em Gestão de Organizações Sociais - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: vicentypsousa@hotmail.com

3Orientadora: Doutoranda em Sociologia-Universidade Federal do Ceará - UFC; Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPCJU). E-mail: isabelblinhares@yahoo.com.br

VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tema: Potencial para a Inovação e Sustentabilidade do Semiárido

de fora o quanto as demandas de mercado influem para deixar cada vez mais este debate carregado de posições controversas, é que cada dia percebemos um misto de evidências exclusivas em meio aos discursos que atestam ou buscam meios de inclusão, sendo que é perceptível a grande parcela de indivíduos mergulhados numa intensa e extensa desigualdade social.

Além deste preâmbulo o presente texto, segue estruturado inicialmente sobre a metodologia abordada no estudo, uma breve discussão sobre política pública e política de juventude, em seguida é aferida conhecer a execução desta já citada política, descrevendo o campo do objeto de estudo.

O texto tem o intuito de elucidar os papéis das políticas públicas, e nesse contexto ressaltar as ações do Projeto Catavento, este como uma estratégia de abordagem social da política local, ressaltando a realidade de uma política pública, suas ações efetivas como garantia dos direitos referidos na Carta Magna.

METODOLOGIA (Materiais e Métodos)

Este texto apresenta um estudo empírico e teórico, a partir do surgimento da política pública de juventude como enfrentamento a exclusão social, perante a realidade dos jovens em situação de rua no município de Sobral. Nesse contexto, não tratamos especificamente de iniciativas ligadas a sociedade civil e ao terceiro setor, sendo que as ações do Projeto Catavento são iniciativas do governo local, o que de certa forma não se separa das outras abordagens quando falamos de exclusão, ausência de ações efetivas que garantam de fato a emancipação dos indivíduos, sobretudo os jovens, e mais ainda quando deveríamos ser amparados pela Carta Magna cujo texto imprime uma garantia para todos os direitos de cidadania dos indivíduos.

O foco de análise que pontua o referido artigo se direciona em saber: como se dá o trabalho das políticas públicas de juventude em Sobral e o que norteia a implementação da referida política.

Para tanto, nos orientamos pelo método etnográfico com o intuito de captar os diferentes sentidos da ação dos agentes em estudo. Desde já reconhecemos que este trabalho não contemplará de fato as extensas discussões que pontuam a etnografia como um elemento indispensável, sobretudo quando há a necessidade de observar as imagens e práticas que constituem as “teias de significados” (GEERTZ, 1989) que são estabelecidas e tecidas entre vários sujeitos que habitam no espaço pesquisado. Este autor considera que uma pesquisa dentro do formato etnográfico se define como uma descrição densa, devido a inúmeros condicionantes que se deve levar em conta na hora

VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tema: Potencial para a Inovação e Sustentabilidade do Semiárido

de redigir e interpretar o texto. Os significados das mínimas atitudes dos indivíduos dentro desse tecido Geertz considera como semióticos, dada a complexidade de apreensão e tradução desses fragmentos.

A técnica da observação participante é uma ferramenta indispensável quando se pretende observar os interditos existentes na dinâmica das relações sociais, especialmente, quando a compreensão e construção da análise do pesquisador dependem, de certa forma, das normas, costumes e hábitos que não estão escritos nos códigos que regem a vida social, mas são tacitamente construídos pela sociedade ou grupo em estudo, que Malinowski (1984), denomina “os imponderáveis da vida real”, portanto, estar lá mesmo que somente em momentos específicos, é de fundamental importância, afinal, a inserção do pesquisador no meio do grupo pesquisado favorece a observação, e as atitudes por mais que pareçam “insignificantes”, são de valor incomparável, pois, é justamente aí que se configuram os tais imponderáveis como propunha Malinowski. É na espontaneidade dos indivíduos que as ações aparecem na sua forma mais real, basta o pesquisador estar atento para estes momentos, pois são neles que as mais ricas informações sobre o objeto podem aparecer.

Para realização desta pesquisa foram feitas entrevistas com base no modelo semiestruturado, ou seja, um roteiro com perguntas abertas, para que o entrevistado possa não somente responder, mas interagir com o pesquisador, nisso, pode ser que apenas algumas indagações sejam feitas e o restante das informações apareça de forma independente, sem o condicionamento do questionário com perguntas e respostas prontas, muito comuns nas pesquisas do modelo quantitativo.

Foram feitos acompanhamento nas visitas domiciliares dos jovens atendidos pelo projeto, cujas visitas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS foram feitas em busca de uma percepção “real” do objeto, pois quando não se consegue interpretá-los, não se identifica o seu verdadeiro significado. Os dados obtidos a partir do modelo etnográfico são muito importantes, pois, só através do envolvimento do interlocutor, o leitor poderá entender e aprender sobre o objeto. Conforme Clifford (2002, p. 20) o “trabalho de campo [...] permanece como um método notavelmente sensível”, pois coloca o investigador e os agentes pesquisados numa situação de interação e troca para “desvendar” o real sentido dos significados.

Os relatos dessa experiência foram revelados por meio de todas estas técnicas já exploradas: observação participante, documentos oficiais fornecidos pela entidade estudada, visitas domiciliares aos jovens e suas respectivas famílias, entrevistas (qualitativas semiestruturadas) e de

conversas informais, realizadas pelos diversos atores que compõem o campo de atuação desta política. A elaboração desta análise também se deu a partir de momentos de leitura e fundamentação teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo da assistência social sob o capitalismo constitui suas demandas em indivíduos portadores de situações específicas, ou especiais. Diante do grande número de demandatários da assistência social por auxílios devido a ampliação da pobreza, Sposati (2008) salienta a justificativa burguesa de desenvolver novos quesitos no campo da assistência social de distribuidor de auxílios individuais, a distribuidor de serviços sociais, ancorados na denominação de programas ou atividades de cunho promocional ou preventivo.

Sposati (2008) ainda situa a assistencial social, como área de ação governamental no Brasil, não como uma atuação complementar, mas se constitui de modo específico e estratégico de atribuir alguns serviços sociais a determinados segmentos da população. Assim, desempenhado um papel segregador, “a assistência social é uma forma discriminada e parcial de estender algumas condições para a reprodução social de determinados segmentos da população.” (Sposati, 2008, p.14)

O possível “direito do cidadão” é deslocado para o âmbito da “necessidade”, essa classificação de necessitado vai afirmar aquele indivíduo como demanda dos serviços de assistência social.

Essa discussão gera outra questão, colocando em pauta a concepção de carência, dos carentes ou de carência social, pois como declara Sposati (2008, p. 15), “operar a “noção de carência” é validar a “noção de ausência” ou de um espaço a ser preenchido, que por várias circunstâncias não foi.”

As políticas públicas e, conseqüentemente, a política social para Pereira (2008), têm como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei. Os direitos sociais têm como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade, sendo este o regulador, provedor ou garantidor de bens públicos como direito. A dependência de recursos para garantir os direitos sociais, e serem efetivados impõem desafios reais às políticas públicas.

VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tema: Potencial para a Inovação e Sustentabilidade do Semiárido

A temática estudada retrata uma realidade que tentará superar um sistema marcado pelo autofinanciamento excludente e não distributivo, procurando instituir as bases para a organização de um sistema universal e garantidor de direitos.

Neste momento cabe ressaltar a realidade da política pública de juventude pesquisada. O Projeto Catavento é uma estratégia de abordagem social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município de Sobral que fica à 235 quilômetros da capital Fortaleza, no estado do Ceará. O projeto tem o horário de funcionamento de segunda a sexta – 8h às 18h/18h às 22h, sábado e domingo – 8h às 12h/18h às 22h. Seu público alvo são as crianças, adolescentes, idosos nas seguintes condições: situação de violência de direitos, risco pessoal e social devido ao abandono, maus-tratos físicos e psíquicos, violência sexual, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) e outras situações que ameacem a convivência em família e com a comunidade.

A precária situação da população juvenil em situação de rua foi o que possibilitou a compreensão de vulnerabilidade para o desenvolvimento das políticas sociais aqui implantadas. Vulnerabilidade configura-se aqui como toda situação em que os indivíduos estão à mercê dos ataques desfavoráveis a sua dignidade. De modo específico, os jovens estão mais suscetíveis a tais ataques, visto que, quando isso acontece se desenrola toda uma cadeia de dispositivos com atribuições de responsabilidade que visam a resolução de tal situação. Tendo como base a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje já não é mais possível se conceber dentro de nossa realidade social, política e cultural uma espécie de investida negativa como esta, muito embora ocorra. O fato é que estamos inseridos numa rede de relações subjetivas e que com o advento de outras possibilidades no meio social, alguns valores deixaram de se importantes.

Desse modo, o Projeto Catavento refere-se a um campo diferenciado da intervenção pública municipal desenvolvendo ações assistenciais na oferta de proteção aos jovens entendidos como vulneráveis do município de Sobral.

Optamos por trabalhar com um conceito de juventude tendo como referência uma faixa etária específica, até os 18 anos. E muitas razões nos levaram a adotar essa definição, e, a mais importante, foi pensar, em dispositivos que abasteceram esse parâmetro classificatório, apesar de todas as diferenças conceituais, como referencial de análise foi decidido contemplar o público-alvo do Projeto Catavento.

VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tema: Potencial para a Inovação e Sustentabilidade do Semiárido

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS conta com uma equipe multiprofissional, composta por Coordenação Técnica, Assistentes Sociais, Psicólogos, Agentes Institucionais, Educadores Sociais, Articuladora Comunitária e Auxiliares Administrativos. O Projeto Catavento é uma estratégia de abordagem social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, a finalidade deste projeto é assegurar um trabalho social de abordagem com o intuito de identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual e situação de rua.

A demanda para a criação deste projeto surgiu a partir de uma cobrança de vários dispositivos como, o Conselho Tutelar e a Fundação de Ação Social, devido ao grande número de jovens em “situação de rua”, como explica a coordenadora do CREAS em uma entrevista, para ela “situação de rua é quando estes indivíduos utilizam este espaço como moradia ou mesmo trabalho”.

Diante disso fica fácil de conceber e pensar o grau de vulnerabilidade que uma pessoa pode adquirir estando em tal condição. Sabemos que o ambiente das ruas quando usados para fins de moradia deixa um indivíduo completamente flexível para as investidas nefastas do mundo exterior, certamente não faltará quem lhe ofereça condições nada favoráveis para a sua “sobrevivência”, aparecem assim as “oportunidades” para a entrada no mundo das drogas, para a prostituição, para a traficância e para o roubo. Imagine uma criança ou um adolescente em tal situação.

Assim, o Projeto Catavento por ser uma política focalizada aos jovens em situação de rua, incidência de trabalho infantil e exploração sexual se restringe ao fortalecimento dos vínculos familiares, quando existem, e ações junto com o Conselho Tutelar. Pode-se perceber a precariedade das políticas sociais por desempenhar papéis mínimos e não universais como é a proposta da Constituição brasileira. E como esclarece Debord (1997, p.42), “a mercadoria aparece efetivamente como uma potência que vem realmente ocupar a vida social”. É aí que se constitui a economia política como ciência dominante e como ciência da dominação demarcando toda a vida social e as sociabilidades como mercadoria. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cena política brasileira antes vivida dentro de uma realidade que priorizava as oligarquias e suas ramificações clientelistas, só veio dar espaço para a sociedade civil, no período

VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tema: Potencial para a Inovação e Sustentabilidade do Semiárido

de redemocratização do País, consolidando assim, uma nova configuração da política, de cunho social democrático.

A Constituição de 1988 se configura como elemento descentralizador que possibilitou a reconstrução da cidadania, trazendo em sua essência a declaração da igualdade de todos os cidadãos no que se refere à participação política, fundamentação máxima do Estado, bem como dando uma nova expressão para o trato no que concerne a efetivação de direitos.

Nesta perspectiva a assistência social acaba se tornando um campo de ação que propõe acesso a indivíduos em situações específicas, não sendo igualitária para todos os cidadãos, mas àqueles portadores de uma situação similar.

Com isso percebemos que a assistência social é um mecanismo social e político no interior das relações sociais, constitui uma forma seletiva e discriminada da atenção a um segmento da população que não é outro senão o mais pauperizado, o mais espoliado, uma forma diferenciada de ação a segmentos da população.

Ao mesmo tempo em que os ideais universalistas serviram de fundamentação da ação pública no campo da proteção do cidadão, seja no âmbito dos direitos civis, seja no dos direitos sociais.

Trazendo a análise para o Projeto Catavento verificamos que o trabalho é feito com muito empenho, cuidado e dedicação dos profissionais. O envolvimento com o campo nos atingiu de forma direta, já que não é possível se manter neutro diante das questões que envolvem pessoas. Um exemplo disso foi a sensação de angústia, diante da precariedade que ainda existe na hora de se empreender ações que vão de fato ajudar na vida desses jovens. Destacamos também a decepção em perceber que passados tantos anos da efetivação e nossa Constituição, ainda é “comum” ver pessoas à mercê de favores que deveriam ser em princípio garantia de direitos.

Esta discussão é importante por mostrar que o texto elaborado é fruto das experiências, conflitos e angústias vividas pelo pesquisadores, como também é importante para que as pessoas que lêem um trabalho desta natureza percebam que antes do texto existe toda uma série de acontecimentos que precederam sua formulação. Essa é a noção de teia de significados com conceitos semióticos como propõe Geertz.

REFERÊNCIAS

VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA
Tema: Potencial para a Inovação e Sustentabilidade do Semiárido

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Participação Social no Brasil**. Belo Horizonte, MG: DCP – UFMG, s/a.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Revista do Serviço Público**, 52 (1), janeiro 2001: v.5.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Pensadores.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao paradigma emergente de intervenção social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.